

A política externa dos EUA para a China e Oriente Médio: Fator civilizacional ou econômico?

The U.S. foreign policy for China and the Middle East: Civilizational factor or economic?

La política externa dos EUA para China y Medio oriente: ¿Factor civilizacional o económico?

Higor Ferreira Brigola

higor_hc@hotmail.com

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Edu Silvestre Albuquerque

silvestre@uepg.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: O mundo pós-Guerra Fria traz uma nova agenda de política externa dos Estados Unidos, inclusive com o retorno do intervencionismo militar. Na ótica do realismo político, as ações unilaterais estadunidenses atestam o caráter fundamental do interesse nacional e da razão de Estado. Entretanto, para o autor estadunidense Samuel P. Huntington, na nova ordem mundial, os conflitos de ordem cultural ou civilizacional são determinantes para que se configure uma oposição entre o Ocidente e a suposta união da China com o mundo islâmico. Assim, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar as relações dos Estados Unidos com os ocupados Afeganistão e Iraque, países de religião islâmica, e a China, que economicamente passa cada vez mais a ameaçar a hegemonia mundial estadunidense, buscando compreender as relações econômicas e geopolíticas envolvidas. A metodologia adotada para a realização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica e em sites de notícias para a obtenção e análise das informações, e o enquadramento teórico na matriz do realismo político.

Palavras-chave: Estados Unidos. Identidade Civilizacional. Política Externa.

Abstract: The world, post-Cold War, brings a new agenda of U.S. foreign policy, even including the return of military interventionism. In the point of view of political realism, the U.S. unilateral actions certify the fundamental character of the national interesting and the reason of State. However, the American author Samuel P. Huntington alleges, that in the new world order, conflicts of a cultural or civilization order are determinants, where it sets up an opposition between the west and China's alleged alignment with the Islamic world. Thus, this study aims at analyzing the relationships of the U.S. with the occupied Afghanistan and Iraq, the Muslim countries, and China, which is increasingly threatening American economical global hegemony, seeking to understand the economic and geopolitical relations involved. The methodology adopted for this work was a literature and online news search in order to obtain and

analyze the information, and the theoretical framework in the matrix of the political realism.

Keywords: United States. Civilization Identity. Foreign Policy.

Resumen: El mundo post-guerra fría trae una nueva agenda de política externa de los Estados Unidos, incluyendo el retorno del intervencionismo militar. En la perspectiva del realismo político, las acciones unilaterales estadounidenses atestiguan el carácter fundamental del interés nacional y la razón del estado. Sin embargo, para el autor estadounidense Samuel P. Huntington, el nuevo orden mundial, los conflictos culturales o de civilización son determinantes en la creación de una oposición entre occidente y la presunta unión de China con el mundo islámico. Así, el presente trabajo tiene como objetivo analizar la relación de los Estados Unidos con los países ocupados Afganistán e Irak, los países de la religión islámica, y China, que pasa cada vez más a amenazar económicamente la hegemonía mundial estadounidense, tratando de entender las relaciones geopolíticas y económicas implicadas. La metodología adoptada para este estudio fue la búsqueda bibliográfica y en sitios de noticias para obtención y análisis de las informaciones, y el encuadramiento teórico en la matriz del realismo político.

Palabras claves: Estados Unidos. Identidad Civilizacional. Política Externa.

1 INTRODUÇÃO

O período pós-Guerra Fria, iniciado no ano de 1991, trouxe uma nova ordem mundial, na qual diversas questões acerca da futura configuração do sistema internacional foram e ainda estão sendo levantadas, pois o mundo tinha deixado para trás a ótica da bipolaridade, a qual dividiu o globo em dois blocos ideológicos antagônicos, o capitalista, sediado em Washington, e o socialista, sediado em Moscou.

Nas duas últimas décadas, a (re)ascensão econômica da Europa Ocidental e Japão, logo seguida da China, fez muitos analistas internacionais afirmarem uma ordem multipolar, ao menos na perspectiva econômica, convivendo com a destacada unipolaridade militar estadunidense como único grande vitorioso do sistema bipolar anterior.

Entretanto, essa visão multipolar do mundo oculta o retorno do intervencionismo militar unilateral estadunidense, iniciado na administração de G. Bush (1989-1993) e que continua no atual governo B. Obama (iniciado em 2009). Outro efeito, é que ao diferenciar poder geopolítico de poder econômico, acaba por não perceber o movimento de outros atores internacionais não-hegemônicos que buscam reduzir as assimetrias em relação à Washington.

Nesse sentido, a China também busca um espaço internacional em termos de projeção de poder – e já é uma potência nuclear com acento no Conselho de Segurança da ONU –, bem como a União Europeia ensaia uma política externa independente, ainda que timidamente em termos de formação de um bloco militar autônomo em relação à

OTAN. Ainda no plano geopolítico, 2008 trouxe a rebeldia da Rússia contra a unipolaridade pretendida por Washington, mesmo que com ações militares diretas restritas a sua histórica zona de influência imediata no Cáucaso.

Esse cenário já está posto, em seus traços fundamentais, passados os primeiros anos do fim da Guerra Fria, e é nele que o autor estadunidense Samuel P. Huntington lança a obra “O Choque de Civilizações”, publicada em 1997, onde afirma que o mundo deixaria de se mover por questões econômicas ou ideológicas, como nas duas Guerras Mundiais, cedendo espaço para as questões culturais e calcadas no sentimento civilizacional. O autor define civilização por elementos objetivos comuns, como língua, história, religião, costumes e instituições, bem como pela autoidentificação subjetiva dos povos.

Os Estados continuariam a ser os agentes modeladores da política internacional, porém, o elemento civilizacional seria determinante nos conflitos e disputas para que os objetivos nacionais sejam alcançados, afirma o autor:

A política mundial está sendo reconfigurada seguindo linhas culturais e civilizacionais. Nesse mundo, os conflitos mais abrangentes, importantes e perigosos não se darão entre classes sociais, ricos e pobres, ou entre grupos definidos em termos econômicos, mas sim entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais. As guerras tribais e os conflitos étnicos irão ocorrer no seio das civilizações. (HUNTINGTON, 1997, p. 21).

Assim, os conflitos ocorrerão entre Estados de diferentes civilizações, bem como as alianças entre Estados da mesma civilização (a “síndrome dos países parentes”). As linhas de cisão entre as civilizações serão, argumenta Huntington, as linhas de batalha do futuro, inclusive com potencial de fragmentar países tensionados por questões étnico-religiosas:

Os alinhamentos definidos pela ideologia e pelos relacionamentos de superpotências estão dando lugar aos alinhamentos definidos pela cultura e pela civilização. As fronteiras políticas estão cada vez mais sendo redesenhadas para coincidir com as fronteiras culturais: étnicas, religiosas e civilizacionais. As comunidades culturais estão substituindo os blocos da Guerra Fria, e as linhas de fratura entre as civilizações estão se tornando às linhas fundamentais de conflito na política mundial. (HUNTINGTON, 2007, p. 153).

O jogo do poder mundial seria, para Huntington, determinado no máximo por oito grandes civilizações, sendo elas: ocidental, ortodoxa, latino-americana, confucionista, hinduísta, japonesa, islâmica e uma possível civilização africana, onde os povos e governos das civilizações não ocidentais já não seriam meros objetos passivos da colonização ocidental, estes deixariam a posição de ‘figurantes’ para juntarem-se ao Ocidente, como protagonistas da História. Conseqüentemente, os países necessitariam repensar suas políticas externas nessa nova configuração mundial, onde, segundo Huntington, a cultura definirá os aliados e inimigos.

O desafio ao poder do Ocidente, hegemônico no cenário mundial, virá segundo o autor, de uma união entre duas civilizações com culturas distintas, sendo a Confuciana, mais precisamente o Estado chinês, e a Islâmica, onde se encontram a maioria dos países classificados pelo Ocidente como “Estados párias”¹:

É provável que, intrinsecamente cada uma das duas tenha menos em comum uma com a outra do que com a civilização ocidental. No entanto, em política um inimigo comum cria um interesse comum. As sociedades islâmicas e sônicas que vêem o ocidente como seu antagonista têm assim, razões para cooperar entre si contra o ocidente da mesma maneira como os Aliados e Stalin o fizeram contra Hitler. (HUNTINGTON, 1997, p.227).

Na visão huntingtoniana, o aprofundamento da conexão militar confuciana-islâmica deve ser detido pelo Ocidente por todos os meios necessários se deseja manter a hegemonia mundial, inicialmente através da pressão econômica e política para o cumprimento dos acordos de não proliferação de armas de destruição em massa.

A tese do “choque de civilizações” é polêmica à medida que pode ser equiparada às “estratégias de contenção” elaboradas por seu país na Guerra Fria (1947-1991), caso da Doutrina Truman-Kennan³. No fundo, os Estados Unidos estariam substituindo as ameaças ideológicas pelas ameaças civilizacionais apenas como meio de manutenção de seu *status quo* no sistema internacional.

Desde o término da Guerra Fria, a política externa dos EUA para a região do Oriente Médio tem sido marcada pelo intervencionismo contra os “Estados párias” (o mais recente desta lista é a Líbia), ao mesmo tempo em que reforça as relações com aliados mais tradicionais como a Arábia Saudita e o cinturão de pequenos principados no litoral da península arábica. Nesta região, encontram-se as principais áreas de petróleo a custo mais baixo no mundo (GUIMARÃES, 2006), porém, os regimes ditatoriais e de ordem teocrática ainda são dominantes, sendo a participação política das massas pequena ou praticamente nula. O nacionalismo árabe e o fundamentalismo islâmico não são vistos pelo “Ocidente” como extremamente permeáveis à influência política e econômica de atores exógenos que poderiam afetar o suprimento internacional de energia, o que justificaria a retomada das intervenções imperialistas.

É novamente a questão econômica que desponta também quando se analisa o caso da China, onde o desconforto interno da sociedade estadunidense é crescente devido ao grande crescimento econômico daquele país. Alguns autores já projetam a China como a detentora da hegemonia mundial no século XXI, o que desperta medo e precaução nos Estados Unidos.

- 1 Os “Estados párias” estão associados ao conceito de “eixo do mal”, que recordava tempos remotos de guerras mundiais quando os inimigos ocidentais eram apresentados como nações “bandidas”. Nesta lista de Washington, estariam Irã, Iraque, Coréia do Norte, Cuba, Síria e Líbia (BARNABÉ; MINUCI, 2000).
- 2 As estratégias de contenção são fundadas na perspectiva do realismo político, usadas para conter o avanço de inimigos reais ou potenciais em nome da defesa do interesse nacional.
- 3 A Doutrina Truman foi elaborada por George Kennan durante o governo de Harry Truman e lançada no livro *Containment Theory* em 1947. Tinha como objetivo, a contenção do avanço comunista na Europa e no mundo.

Não se trata aqui de negar que as identidades civilizacionais não possam ser mobilizadas para fins de projetos de poder, senão o contrário, que sua apropriação pelas atuais potências ocidentais corresponde justamente a uma tendência de reforço de um projeto de poder nacional numa ordem capitalista liberal, onde as oposições culturais e políticas devem ser aplainadas. Não se pode ler o mundo como fez Huntington, colocando a questão civilizacional de forma autônoma ou superior aos eventos políticos e culturais, sob pena de assassinar a verdade.

Sendo assim, este trabalho busca analisar a atual política externa dos EUA (a qual se mantém desde o fim da bipolaridade) segundo a matriz do realismo político, – que afirma a primazia do Estado no cenário internacional e seu movimento em torno do binômio segurança e poder, especialmente para com a China, evidenciando a complexidade das relações bilaterais cooperativas-competitivas, e o Afeganistão e o Iraque, países que recentemente foram alvo da ocupação militar do “Ocidente”. Para isso, busca-se sistematizar aqueles autores que procuram interpretar esses recentes acontecimentos internacionais de forma crítica em relação à perspectiva civilizacional, para afirmar o domínio da “razão de Estado” como motor da história.

2 A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA PARA O ORIENTE MÉDIO: OS CASOS DO IRAQUE E AFGANISTÃO

Para muitos críticos dos republicanos, George W. Bush assumiu de fato o governo com o 11 de Setembro de 2001, quando pode pautar sua agenda política para a região por dois princípios: combate ao terrorismo e “democratização”⁴.

Mas Barnabé e Minucci (2008, p. 30) propõem adequadamente que o início desta diretriz intervencionista da política estadunidense surgiu logo no pós-Guerra Fria, portanto, mesmo antes dos supostos atentados às torres gêmeas e ao Pentágono:

[...] mediante ao sucesso e consolidação da unipolaridade norte-americana, a política externa viu-se sem um plano sustentável de metas, pois privando-se de um inimigo, o governo estava privando da base de sua estratégia que girou a economia por mais de quatro décadas. Anunciava-se, então, o início de uma crise doméstica.

Recapitulando, o término da Guerra Fria trouxe o fim da URSS, eliminando a ameaça principal à Casa Branca, e resultando também no questionamento da necessidade do complexo industrial-militar, cujos contratos rendiam bilhões de dólares anuais às indústrias bélicas estadunidenses: “Para justificar os gordos orçamentos, o complexo industrial-militar dos EUA precisava de um outro inimigo” (BRENER, 1993, p. 70).

O primeiro inimigo escolhido foi o Iraque do ditador nacionalista e panarabista (em verdade sunita) Sadam Hussein, tornada *persona non grata* pelo *establishment* republicano de Washington desde sua tentativa anterior em anexar o vizinho Kuwait com o objetivo de expandir sua fronteira no Golfo Pérsico e controlar as jazidas petrolíferas da

⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u98007.shtml>> Acesso em: 29 maio 2010.

área. Como denota José Luis Fiori (2007), na Primeira Guerra do Golfo (1991), os EUA puderam garantir dois objetivos. O primeiro, mostrar seu poder como o vencedor da Guerra Fria, e o segundo, garantir sua economia, pois o território iraquiano está localizado sobre as maiores jazidas de petróleo do mundo.

Interesses nacionais e privados se misturavam na América: “Tal matéria-prima, conhecida como ‘ouro negro’ era, no Texas (EUA), o principal alicerce da riqueza da família do então presidente George H. W. Bush” (MOORE, 2004. *apud* BARNABÉ; MINUCCI, 2008, p. 30). O próprio Secretário de Defesa dos EUA, Dick Cheney, afirmou diante do Comitê das Forças Armadas do Senado que:

Uma vez que [Hussein] se apropriou do Kuwait e enviou seu grande exército, ficou claramente em uma posição na qual podia ditar o futuro da política energética mundial, e isto lhe deu um domínio total sobre nossa economia, assim como também sobre a maioria das nações do mundo⁵.

Ainda havia o temor de Washington que o expansionismo iraquiano se estendesse à Arábia Saudita, seu maior fornecedor individual de petróleo e maior aliado árabe no Oriente Médio (ATWAN, 2008).

Mesmo com a ofensiva militar estadunidense, Saddam Hussein continuou no poder, o que deu uma sensação de negócio inacabado. A inimizade com o Iraque teve continuidade no governo democrata de Bill Clinton (1993-2001), ainda que ao invés da força militar, tenha utilizado sanções comerciais e financeiras como estratégia. Em 1998, Clinton aprovou a “decisão para a libertação do Iraque”, que definia oficialmente como alvo da política externa norte-americana a derrubada de Saddam Hussein.⁶

Com o retorno do grupo político de Bush à Casa Branca em 2001, o novo presidente George W. Bush (filho do ex-presidente Bush) juntamente com seus colaboradores, como o secretário de defesa Donald Rumsfeld e os secretários-adjuntos Paul Wolfowitz e Douglas Feith, logo na primeira semana de mandato, já tinha planos para invadir novamente o Iraque:

De acordo com os documentos secretos divulgados pelo National Security Archive, relativos, principalmente, a pouco mais do que o primeiro ano da gestão Bush Jr., o grupo de liderança da Casa Branca discutiu já em sua primeira reunião, em janeiro de 2001, «formas de desestabilização do papel do Iraque em toda a região do Grande Oriente Médio”⁷.

Bush e os membros de sua administração reuniram-se no Pentágono no mesmo mês de janeiro com Cohen (Secretário de Defesa de Clinton), “para reiterarem-se de procedimentos que haviam sido tomados no território iraquiano, durante o governo anterior”

5 KLARE, M.T. Sangue por Petróleo: a estratégia energética de Bush e Cheney. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/09_klare.pdf> Acesso em: 30 out. 2010.

6 Monitor Mercantil: Disponível em: <<http://www.monitormercantil.com.br/mostranoticia.php?id=86320>> Acesso em: 30 out.2010.

7 Monitor Mercantil: Disponível em: <<http://www.monitormercantil.com.br/mostranoticia.php?id=86320>> Acesso em: 30 out.2010.

(WOODWARD, 2004 apud BARNABÉ; MINUCCI, 2008, p. 35). As poucas reuniões que se seguiram tiveram basicamente o mesmo motivo: discutir como atacar o Iraque e derubar permanentemente Sadam Hussein, não se esquecendo de garantir a segurança das reservas de petróleo (BARNABÉ; MINUCCI, 2008)⁸.

Porém, após os ataques às torres gêmeas em setembro de 2001, praticados por integrantes da Al Qaeda, o terrorismo internacional ganhou destaque mundial. E como o interesse da comunidade internacional, especialmente dos países ocidentais, aparece imiscuído ao interesse nacional norte-americano, acabou que o terrorismo internacional emergiria como componente da segurança internacional de todo o Ocidente, tocando no fator cultural como a pólvora do conflito.

Era tudo o que Bush precisava para ganhar a opinião pública internacional e legitimar seu ataque aos países do Oriente Médio, em nome da “luta” contra o terrorismo, o que ganharia contornos de uma “nova cruzada” contra o islamismo político:

O contexto pós 11 de Setembro, porém, mudou a situação. Os 2.995 mortos deixaram a população assustada, criando um clima de medo no país. A intolerância contra os árabes aumentou enormemente, como ficou evidente em ataques as mesquitas nos EUA. A administração republicana de George W. Bush aproveitou-se da situação, em um plano que outrora havia sido execrado encontrava terreno fértil para germinar. (GOMES, 2007, p. 50).

A guerra contra o terrorismo se tornou o princípio norteador da política externa estadunidense, ampliando as restrições ou sanções aos países que adotassem alguma aliança ou boas relações com os “Estados párias” ou acusados de “hospedar” grupos terroristas (BUZAM, WAEVER, 2003).

Mesmo tendo o Iraque como alvo principal, Bush deu ouvidos a Colin Powell, o qual o aconselhou a invadir o Afeganistão em um primeiro momento, local de abrigo do grupo da *Al Qaeda* e seu líder Osama Bin Laden, acusado de ser o mandante dos atentados do 11 de Setembro. O Afeganistão era, principalmente para os democratas americanos, “o verdadeiro front” da guerra contra o terrorismo, tanto que B. Obama, assim que assumiu a presidência ao suceder Bush, prontamente anunciou o reforço das tropas naquele país (ALI, 2010).

Em março de 2003, os EUA iniciaram seus ataques também ao Iraque, e a justificativa foi a suposta existência de armas de destruição em massa em poder de Hussein⁹, ainda que nada tenha sido encontrado. Assim, Bertonha afirma que:

(...) continuo convencido que os americanos não estavam interessados em libertar o povo iraquiano de uma ditadura cruel e nem preocupados realmente com uma ameaça terrorista oriunda do país ou com a paz no Oriente Médio. Do mesmo modo,

8 Atwan (2006), citando Fisk (2003), afirma que “Para ter uma idéia sobre quão cobiçado se tornou o petróleo iraquiano, o economista americano Jeremy Rifkin calculou quanto tempo às atuais reservas petrolíferas de vários países vão durar. Os dados são bastante reveladores: nos EUA, elas vão durar apenas dez anos; no Irã, 53 anos; na Arábia Saudita, 55 anos; nos Emirados Árabes, 75 anos; no Kuwait, 116 anos; e no Iraque; impressionantes 526 anos.” (ATWAN, 2006, p. 219).

9 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u383788.shtml>> Acesso em: 1º. nov. 2010.

continuo acreditando que os problemas petrolíferos, de legitimação interna do presidente Bush e de reorganização da geopolítica regional são fatores importantes a serem considerados. (BERTONHA, 2006, p. 78).

Nesse contexto, a invasão do Iraque seria um projeto piloto desses homens para a consolidação de um novo Império americano. Prevista e desejada desde o início dos anos 90, ela serviria para demonstrar como os Estados Unidos podem agir como quiser no mundo e que a imposição dos valores americanos no exterior é possível e desejável para garantir a segurança dos EUA e a criação dos que eles consideram um mundo melhor, permeado pelos valores da América. (BERTONHA, 2006, p. 80).

O petróleo apresenta-se também como mecanismo de controle indireto da potência estadunidense sobre os principais polos desafiantes, como China, União Europeia e Japão (PAUTASSO, OLIVEIRA, 2008). Também David Harvey (2003) afirma que o interesse dos EUA no Oriente Médio e na Ásia Central visa tanto assegurar o controle do petróleo destas regiões, quanto evitar que sirva ao expansionismo econômico-militar chinês.

Em síntese, a nova política externa dos EUA para a região parece não se mover por questões civilizacionais, ou ao menos estas não parecem representar o ponto norteador de suas ações hegemônicas na região. O intervencionismo estadunidense é apenas quanto ao grupo de países que possam interferir em seus planos de segurança energética, casos diretamente do Iraque e Afeganistão (loais estratégicos para os futuros oleodutos vindos da Ásia Central):

No contexto do fim da história, marcado pelo declínio das utopias, o desafio é aperfeiçoar o capitalismo liberal, expandindo o raio de ação dos valores culturais e das instituições que o projetaram como símbolo da concretização do binômio “liberdade-prosperidade”. (AYERBE, 2002, p. 28).

A identidade cultura ou civilizacional seria um disfarce para legitimar tais ações de natureza econômica, ainda que muitos autores se apressem em considerar os valores de mercado ou do neoliberalismo como exclusivamente ocidentais.

A citação seguinte, retirada do blog Notícias Militares, revela que a inimizade dos EUA não vale para toda a “civilização islâmica”, onde se destacam as negociações multibilionárias de equipamentos militares com a Arábia Saudita, um país que internamente adota preceitos islâmicos, mas é totalmente pró-ocidental:

A Agência de Cooperação de Segurança e Defesa dos EUA (DSCA) notificou o Congresso dos EUA de uma possível e grande Venda Militar para Países Estrangeiros (FMS) de aeronaves de caça e helicópteros, além de armamentos e todo equipamento de apoio, para o Governo da Arábia Saudita, consistindo resumidamente em 84 caças Boeing F-15SAs, a modernização de 70 caças F-15Ss para o padrão SA, 70 helicópteros de ataque AH-64D Block III Apache Longbows, 72 helicópteros utilitários UH-60M Black Hawks, 36 helicópteros de ataque leve AH-6i e 12 helicópteros leves MD-530F¹⁰.

10 Disponível em: <<http://noticiasmilitares.blogspot.com/2010/10/arabia-saudita-solicita-seu-pacote.html>> Acesso em: 02 nov. 2010.

Também o autor palestino Edward Said (2001), citado por Dias (2008), discorda da generalização da ideia de “civilização islâmica”, e faz uma crítica às mídias ocidentais que acabam reproduzindo uma imagem negativa do islamismo:

Para ele [Said], não se pode condenar o islã com base em eventos isolados e, a partir de um comportamento reprovável, definir toda uma civilização que compreende mais um bilhão de pessoas espalhadas por diversos países. Essa diversidade revela que a generalização do islã é falsa e irresponsável. (DIAS, 2008, p. 31).

Também o cingalês Kishore Mahbubani (1994) não vê concretude alguma na ideia de unidade civilizacional no caso dos países islâmicos, afirmando que estes possuem diversos conflitos entre si, enfraquecendo as relações de unidade. Em outras palavras, o mundo islâmico se encontra em grande desunião, e em todos os conflitos contra interesses ocidentais, os muçulmanos estão em ampla desvantagem, sejam palestinos, afegãos, iraquianos ou azerbaijanos. Com tanta desunião, para o autor, o mundo islâmico não está prestes a se fundir numa força única e fazer frente ao poder ocidental.

Neste sentido, a resistência destes países ao imperialismo estadunidense visa garantir apenas o controle das jazidas petrolíferas e não a formação de uma aliança civilizacional como quer Huntington e os que abraçam suas ideias, seja entre os neoconservadores republicanos ou entre os democratas.

Parag Khanna também discorda de Huntington ao afirmar que “são as relações interimperiais – e não internacionais ou intercivilizacionais – que moldam o mundo. São os impérios – e não as civilizações – que dão significado à geografia” [...] “Como estão mais voltados para o poder e o crescimento do que para a preservação de culturas singulares, os impérios são, simplificando, maiores que as civilizações” (KHANNA, 2008, p. 16).

O governo Obama colocou como meta a retirada das tropas americanas do Iraque, discursando no dia 31/08/2010: “Nesta noite, anuncio que a missão americana de combate no Iraque acabou. A operação Iraque Freedom terminou, e os iraquianos agora serão responsáveis pela segurança do país”¹¹. Porém, a retirada de soldados americanos no país iraquiano “permite aplicar os recursos necessários para ir à ofensiva no Afeganistão”¹². Em discurso de 15 de março de 2007 à NBC, ele afirmou:

Se você observar o que está acontecendo no Afeganistão hoje verá o Talibã ressurgindo, verá a Al Qaeda se reforçando. Não demos prosseguimento ao que havia começado bem no Afeganistão, em parte porque retiramos muitas forças e as colocamos no Iraque. Acho muito importante para nós começar uma transferência planejada do Iraque, incluindo manter o Afeganistão no alvo. (ALI, 2010, p. 227).

Obama, quando ainda era senador, pressionava a casa Branca para violar também a soberania do Paquistão sempre que necessário (ALI, 2010), e manteve esta conduta

11 Citação de Barack Obama, disponível em: <<http://www.portugues.rfi.fr/mundo/20100901-para-obama-e-hora-de-virar-pagina-no-iraque>> Acesso em: 1.º abr. 2010.

12 Idem.

mesmo como presidente, inclusive enviando uma equipe militar para eliminar Bin Laden em seu esconderijo paquistanês.

3 O “MILAGROSO” DESENVOLVIMENTO CHINÊS: UM NOVO INIMIGO OU NOVO COMPETIDOR?

A China é um gigante territorial e demográfico, o que lhe garante uma vasta porção de recursos naturais e ampla disponibilidade de mão de obra. Vantagens comparativas que possibilitaram a geração de altos lucros inclusive para os capitais internacionais investidos no país nas últimas décadas.

Atualmente, o gigante chinês é o país que mais cresce economicamente no cenário mundial, sendo identificado por muitos estudiosos como a nova potência do século XXI. Rattner (2007) destaca que há mais de duas décadas a economia chinesa cresce a um ritmo alucinante, a uma taxa anual superior a 10%, causando assombro e inveja aos economistas e políticos ocidentais.

Mesmo tendo passado pela revolução maoísta em 1949, atualmente não é a exportação da revolução o principal foco da China, mas sim o desenvolvimento e a inserção no cenário internacional, calcado no capitalismo neoliberal. Assim, para que seu extraordinário crescimento continue estável, o governo chinês deixou de se mover por interesses ideológicos (e menos ainda parece se mover por questões civilizacionais), considerando apenas seus interesses nacionais. E aí precisa do mesmo que os Estados Unidos: petróleo, para manter os níveis de crescimento econômico, o que lhes obrigará a procurar fontes de suprimento fora de suas fronteiras geográficas.

Assim, não é o fator civilizacional (uma aliança antiocidental como imaginada por Huntington), mas a necessidade de petróleo que fará a China se aproximar cada vez mais dos países do Oriente Médio, havendo uma oposição de interesses com os planos dos EUA de controle absoluto das jazidas da região.

O milagre econômico chinês está sustentado, em sua maior parte, pelas exportações de produtos aos Estados Unidos e, para isso, o custo dos insumos continua sendo determinante para manter a competitividade de suas indústrias (CARVALHO, CATERMOL, 2009). Nesse contexto:

[...] uma guerra com a América seria um péssimo cenário para um país que precisa do apoio de Washington para continuar tendo acesso ao mercado, aos capitais e à tecnologia ocidentais. São esses elementos que tem permitido à China manter uma taxa de crescimento econômico médio de 10% ao ano desde 1979 [...]. (BERTONHA, 2006, p. 165).

Também Rosecrance (1998 apud Dias, 2008) não se mostra convencido de que um conflito civilizacional possa ocorrer, tendo em vista as complexas relações comerciais entre EUA e China. O autor conclui que os benefícios econômicos dessa associação acabam se sobrepondo às limitações civilizacionais.

Para Carvalho e Catermol (2009, p. 217), as boas relações dos EUA e China não são de tempos recentes, mas da última configuração geopolítica mundial, a Guerra Fria, mesmo a China estando sob o regime comunista:

[...] junto ao contexto de insegurança que pairava no sistema internacional durante a Guerra Fria, foram alicerces que favoreceram a aproximação entre os EUA e a China naquele período. Os dois países obtiveram ganhos recíprocos a partir da aproximação, por meio de fortes fluxos de investimento externo norte-americano na China e posterior fluxo de exportações chinesas para os EUA. Atualmente, é inegável a conclusão de que tais países apresentam economias com grande interdependência.

Com efeito, foi a parceria financeira-comercial entre Washington e Pequim que pode universalizar o acesso aos bens de consumo não duráveis, quebrando inclusive a economia soviética, incapaz de competir com o novo modelo econômico neoliberal.

Suano (2003) afirma que os valores nacionais são primeiramente visados ao invés do sentimento civilizacional. O autor afirma que é muito difícil imaginar que países do Ocidente deixem de realizar acordos políticos e econômicos vantajosos com a China, Índia ou algum país do Oriente Médio, para manter coesa uma suposta civilização ocidental da qual fazem parte.

Bessa (2007) acrescenta que a China ainda apresenta estratégias econômicas e militares direcionadas para sua transformação em potência continental e, portanto, está longe de desafiar a hegemonia naval norte-americana.

O próprio general chinês Chen Bingde se pronunciou na Universidade Nacional de Defesa dos EUA, no dia 18/05/2011, afirmando a superioridade militar estadunidense: “A China nunca teve a intenção de desafiar os EUA (militarmente)”. “Apesar dos avanços militares e em defesa da China, ainda existe uma brecha entre vocês (EUA) e nós¹³”.

Entretanto, os defensores dos argumentos de Huntington afirmam que a China investe pesado na expansão das infraestruturas e no desenvolvimento do complexo industrial-militar:

Aumentos anuais da ordem de dois dígitos nos orçamentos de defesa ao longo de quase todos os últimos 15 anos permitiram que as forças armadas da China colocassem em serviço armas de tecnologia avançada, entre as quais mísseis, aviões de ataque, belonaves (espécie de embarcações de combate) e submarinos¹⁴.

Rattner (2007, p. 13) também destaca o alto investimento chinês no setor militar:

O orçamento militar chinês superou o do Japão, seguindo de perto os da França e da Grã-Bretanha, alimentado por um crescimento econômico (PIB) que ultrapassou os dois países, igualou-se ao da Alemanha e persegue o segundo lugar na economia mundial, atrás dos Estados Unidos.

13 Defesanet, disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/1065/Expansao-Chinesa---China-nao-pre-tende-desafiar-os-EUA-militarmente--diz-general>> Acesso em: 25 maio 2011.

14 Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/jornais/interna/0,OI1654250-EI8252,00-China+investe+em+exercito+de+alta+tecnologia.html>> Acesso em: 25 maio 2011.

O próprio Huntington destaca que a China tornou-se exportadora de armamentos e tecnologia militar, inclusive auxiliou aos norte-coreanos a desenvolverem sua bomba atômica e mísseis balísticos, e exportou para a Líbia e o Iraque materiais que podem ser usados na produção de armas nucleares e químicas, além de ter ajudado a Argélia a construir um reator para pesquisa e produção nuclear. Sem falar nos profundos vínculos comerciais e militares com o Irã, e todos estes países já foram ou são considerados “Estados párias” no Ocidente.

Porém isso não significa que a China está armando o mundo islâmico para afrontar o Ocidente, mas que as relações chinesas com o Oriente Médio são essencialmente comerciais, exportando armamentos para pagar as compras de petróleo.

Não obstante, os projetos de expansão e de exportação do poder militar chinês preocupam seriamente Washington, especialmente se Pequim conseguir usar este poderio para, de uma forma ou outra, conquistar mais fontes de petróleo no Oriente Médio, Ásia Central e África, e assim dar continuidade à expansão de sua capacidade econômica:

Essa questão é ainda mais premente quando sabemos que o crescimento econômico chinês já está permitindo uma rápida modernização militar e uma maior ação chinesa no campo internacional. É verdade que as ambições chinesas ainda são modestas e que a sua força militar é, em comparação com a americana ou russa, pequena. Ela cresce, entretanto, rapidamente, e essa combinação de poder econômico e militar promete causar dores de cabeça aos estrategistas militares do século XIX. (BERTONHA, 2006, p. 64).

Esse incremento dos fluxos comerciais e as iniciativas diplomáticas bilaterais e regionais evidenciam que a China se tornou o centro gravitacional da região asiática, e isso tem implicado o crescente deslocamento das posições de poder dos EUA e do Japão na Ásia-Pacífico. (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008).

Além da afirmação enquanto *player* regional, o gigante chinês tende a expandir seus mercados pelo mundo, inclusive com presença na América Latina, área tradicional de influência imediata dos EUA. Fiori explica que:

Em síntese: a mudança das relações econômicas entre a Ásia, a África, e a América Latina, lideradas pela China e pela Índia, é um fato de enorme importância no redesenho econômico do sistema mundial, as relações entre os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos (que antes se chamavam de terceiro mundo) adquirem uma densidade material importante e expansiva, com capacidades de gerar interesses concretos, no mundo do capital e do poder. (FIORI, 2007, p. 99).

As relações comerciais com a América Latina também ocorrem no setor militar. Em 2007, governo venezuelano foi à China buscar radares móveis, helicópteros, submarinos e mísseis terra-ar¹⁵.

Em síntese, o futuro conflituoso entre EUA e China não será orientado essencialmente por critérios civilizacionais (embora este possa ser cada vez mais mobilizado como

15 Disponível em: <http://noticiasmilitares.blogspot.com/2007_10_01_archive.html> Acesso em: 02 nov. 2010.

“justificativa ideológica” para ocultar os interesses nacionais envolvidos), mas fundamentalmente por critérios econômicos, tanto pela disputa por mercados, quanto por segurança energética.

Neste sentido, a contenção da China torna-se um imperativo para que os EUA mantenham sua hegemonia mundial. Por isso, a preocupação de Huntington com uma possível conexão entre China e países do Oriente Médio, uma reatualização da estratégia de contenção que havia no período da Guerra Fria, quando a Doutrina Truman-Kennan orientou a geoestratégia estadunidense. Na atualidade, a estratégia de contenção dos EUA apenas se desloca da URSS e Leste Europeu para a China e entorno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão civilizacional proposta por Samuel Huntington não parece a mais adequada para se explicar às relações complexas entre EUA, China e Oriente Médio. Tendo em vista que o intervencionismo militar estadunidense no Oriente Médio foi essencialmente para garantir sua matriz energética, ao menos certamente para o caso iraquiano, e ainda lucrar com as exportações no setor militar, a expansão do modelo neoliberal é a questão central. Nesse cenário, os conflitos com a China tendem a se ampliar, mas não por razões civilizacionais, e sim porque os chineses querem basicamente o mesmo que os EUA.

Nestes últimos vinte anos, os EUA tiveram governos intercalados entre republicanos e democratas, que mesmo assumindo discursos diferentes, se utilizaram das mesmas ações no campo externo para manter a segurança nacional e o *status quo* norte-americano no sistema internacional. A política externa tanto dos democratas Bill Clinton e Barack Obama, como do clã republicano dos Bush, possuiu o uso da força como principal estratégia de segurança nacional seja no campo diplomático, econômico ou militar.

Além disso, os países islâmicos certamente, e nem mesmo a China ainda, se encontram à altura dos EUA no quesito militar para justificar estratégias de contenção mais sérias. Então a questão econômica é a melhor explicação para o intervencionismo militar estadunidense na região, porém a suposta diferenciação cultural seria um modo de mascarar a primazia dos interesses nacionais norte-americanos.

Este tipo de política externa adotada pelos EUA no Oriente Médio, ganha destaque na obra *O Novo Imperialismo* (2004) do autor David Harvey, que a classifica como “acumulação via espoliação”, que representa a remoção dos últimos obstáculos político-econômicos à expansão dos capitais estadunidenses pelo mundo. Ainda que a China, principal cotada a disputar a hegemonia com os EUA no século XXI, esteja restrita a ambições regionais, o intervencionismo estadunidense também diminui as chances de seus concorrentes diretos pela hegemonia mundial.

Mas é justamente o desejo estadunidense de unificação econômica (e do poder militar) do mundo que poderá precipitar a formação de alianças anti-estadunidenses. Se, no caso, serão os europeus ou os chineses os líderes desta aliança é a grande incógnita

do século XXI, embora os primeiros tenham sido intencionalmente omitidos por Huntington. O certo é que Oriente Médio será apenas um parceiro comercial e não militar, assim como também que alguns países da região devam continuar aliados dos EUA, o que quebra a questão da união civilizacional islâmica e o sucesso de uma coalizão antiocidental.

O fato é que os EUA dos republicanos e dos democratas estão totalmente voltados à renovação de sua liderança no mundo, seja do modo que for necessário.¹⁶

REFERÊNCIAS

- ALI, T. **Duelo: o Paquistão na rota de vôo do poder americano**, Rio de Janeiro: Record, 2010.
- ATWAN, A. B. **A história secreta da Al Qaeda**, São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.
- AYERBE, F. L. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Unesp, 2002.
- BARNABÉ, I. R.; MINUCCI, C. A. S. **Guerra do Iraque: Clinton e Bush- uma análise comportamental**. *Relações Internacionais no Mundo Atual* ano VIII, Curitiba, n. 8, 2008, p. 21-44.
- BERTONHA, J. F. **Geopolítica e relações internacionais na virada do século XXI: uma história do tempo presente**. Maringá: Eduem, 2006.
- BESSA, A. M. **O olhar de leviathan: uma introdução a política externa dos estados modernos**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001.
- BRENER, J. **Ferida Aberta: o Oriente Médio e a nova ordem mundial**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BUZAN, B.; WEAVER, O. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge University Press, 2003
- CARVALHO, C.; CARTEMOL, F. **As relações econômicas entre China e EUA: resgate Histórico e Implicações**. *Revista do BNDDES*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 215-252, 2009.
- CHOMSKY, N. **O que o Tio Sam realmente quer**. Brasília: UnB, 1996.
- DEFESANET, **Expansão Chinesa: China não pretende desafiar os EUA militarmente, diz general**. Disponível em: <<http://www.defesenet.com.br/geopolitica/noticia/1065/Expansao-Chinesa---China-nao-pretende-desafiar-os-EUA-militarmente--diz-general>>. Acesso em: 25 maio 2011.
- DIAS, T. S. A. **O choque de civilizações na política internacional contemporânea**. Monografia (Especialização em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, 2008.
- FIORI, J. L. **A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul**. *Revista de Economia Heterodoxa*, v. 6, n. 8, 2007.
- FOLHA ONLINE, **Política externa dos EUA radicaliza Oriente Médio**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u98007.shtml>> Acesso em: 29 out. 2010.
- _____. **Entenda a Guerra do Iraque**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u383788.shtml>>. Acesso em: 1.º nov. 2010.
- GUIMARÃES, S. P. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- GOMES, A. T. **Doutrina Bush: uma análise de política externa**. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, ano 7, n. 7, p. 33-56, 2007.

¹⁶ Documento disponível em: <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf> Acesso em: 12 fev. 2012.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2003.

HUNTINGTON, S. **The clash of civilizations and the remaking of world order**. New York: Touchstone, 1997.

KHANNA, P. **O segundo mundo: impérios e influência na nova ordem global**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

KLARE, M. T. Sangue por petróleo: a estratégia energética de Bush e Cheney. Biblioteca Virtual. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/09_klare.pdf> Acesso em: 30 out. 2010.

MAHBUBANI, K. Os perigos da decadência: o que o resto pode ensinar ao ocidente. **Revista Política Externa**, v. 2, n. 4, 1994.

MONITOR MERCANTIL. **Invasão do Iraque: crime planejado muito antes do 11 de Setembro**. Disponível em: <<http://www.monitormercantil.com.br/mostranoticia.php?id=86320>> Acesso em: 30 out. 2010.

NOTÍCIAS MILITARES. **Arábia Saudita solicita seu pacote multi-bilionário com os EUA**. Disponível em: <<http://noticiasmilitares.blogspot.com/2010/10/arabia-saudita-solicita-seu-pacote.html>> Acesso em: 1.º nov. 2010.

_____. **Militares pedem reajuste e criticam Chávez e MST**. Disponível em: <http://noticiasmilitares.blogspot.com/2007_10_01_archive.html> Acesso em: 02 nov. 2010.

NOTÍCIAS TERRA, **China investe em exército de alta tecnologia**. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/jornais/interna/0,,OI1654250-EI8252,00_China+investe+em+exercito+de+alta+tecnologia.html> Acesso em: 02 nov. 2010.

PAUTASSO, D.; OLIVEIRA, L. K. A Segurança Energética da China e as Reações dos EUA. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 2, maio/agosto, p. 361-398, 2008.

RFI. Português. **Para Obama, é hora de “virar a página” no Iraque**. Disponível em: <<http://www.portugues.rfi.fr/mundo/20100901-para-obama-e-hora-de-virar-pagina-no-iraque>> Acesso em: 1.º abr. 2010.

RATTNER, H. Ascensão e declínio de superpotências. **Revista Espaço da Sophia**, v. 1, n. 8, nov. 2007.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Recebido em 26/09/2011

Aceito para publicação em 10/12/2011